# O CEARÁ NA CAMPANHA DE MATO GROSSO

(Dezembro de 1864 a Abril de 1868)

JOSÉ DENIZARD MACÊDO DE ALCÂNTARA

## 1. CAUSAS E ANTECEDENTES DA GUERRA DO PARAGUAI

Certamente que as origens próximas e imediatas da guerra do Paraguai (1864-1870) devem ser buscadas na política tortuosa dos governantes **blancos** do Uruguai, Berro e Aguirre, no desejo de arrastar o Paraguai contra o Império Brasileiro e contra a República Argentina, por fôrça dos acontecimentos decorrentes da intervenção brasileira na terra cisplatina, em 1864.

Os diplomafas uruguaios Herrera, Lapido, Carreras e sobretudo Sagastume acoroçoaram a megalomania de Francisco Solano López, o ditador guaraní, acenando-lhe com a possibilidade de uma ampla confederação sob a tutela lopista, abrangendo as províncias argentinas de Corrientes e Entre-Rios, o Uruguai e quiçá o nosso Rio Grande do Sul, criando nova e poderosa nacionalidade na bacia platina, aquilo que Herrera chamava a "correção previdente de sua geografia política". O ditador paraguaio, ao deixar-se seduzir por tais sugestões, no fundo atendia ao impulso natural, hoje bem caracterizado pelo Geopolítica, de um país mediterrâneo que tentará sempre encontrar a saída para o mar.

Diplomacia solerte e tortuosa dos **blancos** da antiga Banda Oriental, megalomania de López, indefinida e latente aspiração geopolítica de uma abertura marítima — eis as causas secundárias para a guerra. A causa primeira, mediata e remota, porém, deve ser buscada em outra ordem de fatores, quais sejam os desentendimentos sôbre as fronteiras de Mato Grosso com o Paraguai, problema tão bem esclarecido nos magníficos livros do General Raul Silveira de Melo que se tornou nas últimas décadas conspícuo historiador das cousas matogrossenses.

Com efeito, as terras de Mato Grosso originariamente pertenciam à Espanha face ao que dispunha o Tratado de Tordesilhas, pois ficavam muito ao oeste do meridiano divisor, não sendo estranho que fôssem os espanhóis, subindo os rios Paraná e Paraguai, os primeiros em atingi-las. Note-se que este esfôrço da penetração castelhana visava sempre galgar o altiplano boliviano em busca das riquezas do Peru, na eterna sedução do ouro e da prata.

As primeiras tentativas ocorridas no século XVI não importaram em fixação humana. Em fins da referida centúria, porém, colonos espanhóis, vindos de Assunção, iniciam a ocupação dos vales do Miranda e Aquidauana, fundam às margens — não se sabe bem em qual dos dois — a famosa vila de Santiago do Jertz enquanto jesuítas espanhóis criam as missões de catequese indígena, as chamadas reduções do Itatim, nome pelo qual ficou conhecida a região do Miranda, proveniente dos selvícolas Itatins que então ocupavam aquelas remotas paragens.

A expansão das bandeiras paulistas no ciclo da prêa do ameríndio levou-as em 1632 a 1634 ao Itatim, ali destruindo as aldeias jesuíticas e o que restava da antiga Santiago do Jerez de maneira tão esmagadora que afastou totalmente novas tentativas de ocupação espanhóla naquela zona, que ficou abandonada até o início do século seguinte, pois as bandeiras paulistas passaram a rumar para o norte, atraídas pelo ouro descoberto na região de Cuiabá.

Consolidada a conquista do distrito aurífero é que a ocupação portuguêsa começa lentamente a infletir para a parte meridional, seguindo o eixo líquido do Paraguai mais que as vias terrestres tremendamente dificultadas pela imensidão e asperezas do Pantanal e a hostilidade de índios belicosos como os guaicurús e os paiaguás. Os colonos castelhanos do Paraguai, porém, guardaram funda aversão aos luso-brasileiros e marcado saudosismo pelo abandonadc sul de Mato Grosso sem entretanto terem ânimo para efetuar o retôrno e nova ocupação.

Felizmente o Tratado de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777) vieram reconhecer e formalizar juridicamente a conquista luso-brasileira do sul de Mato Grosso, devendo-se assim encerrar a velha pendência territorial. O Tratado de Madrid mandava correr a raia pelo rio Igurey, o primeiro afluente do Paraná cêrca de 40 kms. a jusante das Sete Quedas, e pela respectiva contra-vertente no Paraguai. Os demarcadores espanhóis e portuguêses, não tendo localizado o Igurey, convencionaram partir das Sete Quédas até o Iguatemí, e deste rio acima pelo seu concabeçante, o Ipané. Vê-se assim que, se fôsse mantida a decisão dos demarcadores de aplicar no terreno as lindes determinadas pelo

Tratado de Madrid, pertenceria ao Brasil uma parcela do setentrião paraguaio.

Em consequência do Tratado de Santo Ildefonso (1777) fôram designados novos demarcadores, cujo trabalho foi improfícuo pela irredutível opinião do demarcador espanhol Felix de Azara. Dado talvez ao fato que a colonização castelhana já ultrapassara então o Ipané, o Tratado de Santo Ildefonso manteve a linha do rio Igurey, na bacia do Paraná, e indicou o rio Corrientes (?) como fronteira na bacia do Paraguai, o qual identificado geograficamente é o rio Apa, o primeiro ao norte do Ipané — rio correntoso que não permite navegação — e que passou a ser considerado como nossa fronteira legítima. Sôbre o Igurey não havia mais a dúvida anterior pois fôra amplamente localizado em 1783 por Cândido Xavier de Almeida e Souza, futuro tenente-general dos nossos exércitos, e que foi um dos demarcadores lusos.

Pois bem, Felix de Azara não se curvou diante argumentos irrefutáveis e usando chicanas e mais chicanas de rábula matuto postulou contra a letra expressa dos tratados que o rio Corrientes era o rio Branco e o rio Igurey era o Ivinheima. Não concordava siquer com a linha do Iguatemí-Ipané, convencionada e aceita pelos demarcadores do tratado de 1750. Deslocava arbitrariamente a fronteira para o norte e abocanhava o sul de Mato-Grosso, fiel ao saudosismo ancestral, fixando os limites na linha Branco-Ivinheima. Chegou a insinuar que a fronteira devia ser levada ao Miranda e ao Aquidauana e como cúmulo do atrevimento sugeriu a conquista pelas armas até Cuiabá, apossando-se espanhóis e paraguaios dos garimpos de ouro daquele distrito, precisamente o sonho posterior de López na guerra do Paraguai.

Se os ventos da História tivessem tornado realidade êste sonho desmedido, teríamos o Paraguai fronteirando a Amazônia Brasileira e estendendo-se até o estuário platino mediante a confederação almejada com Corrientes, Entre Rios e o Uruguai e mais a pretendida incorporação ao nosso Rio Grande do Sul. A prova que êste era o objetivo da agressão paraguaia está na prioridade que López deu a invasão de Mato Grosso sôbre os pedidos de socorro dos **blancos** uruguaios. Como disse Tasso Fragoso ("História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai" — I vol. — pags. 255) o exame das operações invasoras de Barrios e Resquin em Mato Grosso "não deixam a mínima sombra de dúvida de que López só ambicionava pôr a mão sôbre os terrenos limítrofes em litígio na sua fronteira setentrional".

Azara viveu no Paraguai até o fim do século, reiterando sempre as chicanas contra o Brasil, envenenando vivamente a opinião paraguaia contra nós, fazendo escola e doutrina entre os governan-

tes paraguaios com diversos escritos, sustentando sempre o suposto direito do Paraguai ao sul de Mato Grosso e a falsa tese da fronteira setentrional pela linha do rio Branco- Ivinheima, sofismando assim a letra, a fé e o espírito dos tratados. Êle e Sagastume, talvez mais do que López, fôram os autores intelectuais da guerra do Paraguai. Suas teses sobreviveram-lhe e guiaram a política exterior de Francia e dos López até o conflito com o Brasil em 1864.

## 2. A PROBLEMÁTICA FRONTEIRIÇA DO BRASIL PÓS-INDEPENDÊNCIA

Quando o Brasil se separou de Portugal em 1822 os limites territoriais usufruiam razoável margem de segurança, como veremos em rápida súmula.

Ao norte e ao oeste, além da letra expressa dos tratados firmados na fase luso-brasileira ou colonial, que nos davam indicações relativamente precisas sôbre as raias da nossa soberania, o trecho compreendido entre o Oiapóque e o Guaporé esteve praticamente despovoado e mergulhado na solidão da Floresta Amazônica e assim dificilmente poderia oferecer tensões imediatas que criassem problemas a exigir pronta solução. Estes, quando muito, poderiam surgir no futuro por fôrça de novas contingências políticas, sociais e econômicas, como foi o caso do Acre, do Amapá, e do Pirara (Guiana Inglêsa) já muitos anos depois da Independência. Eram fronteiras humanamente "mortas" sob o aspecto de possiveis pressões militares, políticas, sociais e econômicas.

Tínhamos questões relevantes no Prata, pertencentes, porém, mais a outra ordem de interêsses que os fronteiriços. A fronteira com o Uruguai fôra satisfatoriamente resolvida no ato de sua separação do Brasil. A linha fluvial do rio Uruguai era tranquilamente aceita por nós e pela Argentina, quando muito se suscitando dúvidas quanto às ilhas fluviais de permeio. E quanto ao trecho do território das Missões Argentinas, ocupado pelo Paraguai e reivindicado pela Argentina, teríamos que aguardar a solução do dissídio para então saber que deveríamos tratar com Buenos Aires ou com Assunção. Com o próprio Paraguai era pacifico que a fronteira oriental estava no Alto Paraná.

Em síntese, olhando bem a situação do Brasil pós-independente, não seria exagêro deixar em vista do que já foi explicado que o trecho fronteiriço mais ameaçador, mais suscetível de problemas, era exatamente a raia meridional de Mato Grosso com o Paraguai, onde duas comunidades humanas diferentes e embora fracamente adensadas iam se defrontando, possuídas da hostilidade tradicio-

nal, esboçando uma fronteira "viva", carregada de tensões nos dois lados.

É possível que o sentimento dessa realidade política e geográfica é que tenha desde cêdo, no Primeiro Império e na Regência, inspirado aos estadistas imperiais a política de simpatia e boa vontade com o Paraguai, reconhecendo-lhe a independência e ajudando-o a obter êsse reconhecimento de outros países, como ocorreu com a Austria, contra o expresso pronunciamento da Argentina que sonhava ainda restaurar as antigas fronteiras do Vice-Reinado de Buenos Aires, a que demos pronta e enérgica resposta, além de concessões e manifestações amigáveis que se multiplicavam em favor do govêrno guaraní.

## 3. LIVRE NAVEGAÇÃO DOS RIOS VERSUS TRANSPORTE INTERNO

O problema político e estratégico que se propunha à sagacidade dos estadistas do Império consistia, sabidas as reivindicações paraguaias tantas vêzes manifestas pelos governantes no tablado das negociações diplomáticas, em prover a defesa e segurança de Mato Grosso contra previsíveis tentativas de ocupação, garantindo de maneira cabal e completa as fronteiras que reconhecíamos como legitimamente verdadeiras, o que óbviamente exigia uma via de acesso rápido a Mato Grosso.

Não poderíamos nunca ignorar a perspectiva de uma provável agressão. Os pronunciamentos de Carlos Antônio López e do filho Francisco Solano López aos nossos diplomatas, a incisiva advertência do deputado mato-grossense Antônio Corrêia do Couto na Câmara em agôsto de 1858, a espionagem paraguaia na região ameaçada, a conduta e o procedimento das autoridades paraguaias, o profético ofício de 29 de setembro de 1862 do Presidente Herculano Pena ao Ministério de Estrangeiros, as previsões de Francisco Adolfo Varnhagen no ofício de 20 de julho de 1859, seriam mais que suficientes para criar a consciência de alerta sôbre o que poderia acontecer no sul de Mato Grosso.

Na fase colonial, os grandes administradores portuguêses que tiveram Mato Grosso e o Brasil deram ao problema aquilo que chamaríamos a "solução interna": concentravam recursos materiais e humanos em Mato Grosso mantendo abertas as linhas de comunicação pelos rios Madeira e Guaporé ou a intentada via do Tapajóz, a estrada terrestre de São Paulo-Goiás-Cuiabá, a via fluvial do Tietê, Paraná, Pardo e passando pelo varadouro de Camapuã para a bacia do Rio Paraguai. Mesmo no Segundo Império apreciável cópia de recursos — tropas e material — foram levados ao

sul de Mato-Grossi em 1855-53, na crise provocada pela missão Ferreira de Oliveira em sua ida à Assunção, seguindo a linha fluvial do Tibagí, Paranapanema, Paraná, Ivinheima e o varadouro do rio Brilhante para o rio Nicac. Como se vê, o uso era o das linhas de acesso dentro do Brasil. e sem depender da condescendência estrangeira.

Infelizmente, os estadistas nacionais deixaram-se cegar pelo caminho aparentemente mais suave e imediato, o de obter do Paraguai a concordância em internacionalizar e tornar livremente navegável os rios Paraguai e Paraná, assegurando-se assim comunicação rápida para proteger Mato Grosso pela via marítima, pois a ajuda e os suprimentos partiriam do nosso litoral atlântico continuando pela via fluvial Paraná-Paraguai, o que nos colocava a mercê do Paraguai que evidentemente trancaria o portão fluvial na eventualidade de um conflito. Como observou Pimenta Bueno, na memória que escreveu dando sugestões sôbre a condução da guerra, não poderíamos "contar com a navegação do Paraguai, logo que haja alguma desavença". Era a "solução externa" do problema e era um contra-senso palpável, uma contradição flagrante, pois íamos fazer depender a defesa de Mato Grosso precisamente do inimigo contra quem precisavamos nos proteger. Um paradoxo político e estratégico dos mais surpreendentes!

Após a Independência, no Primeiro Império e na Regência, e sobretudo a partir de 1843 quando credenciámos em Assunção como representante diplomático o ilustrado Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, futuro Marquês de São Vicente, todos os esforços e negociações desenvolvidas insistiam monotonamenet na mesma tecla em obter a livre navegação do Paraguai como chave mestra da segurança de Mato Grosso contra uma possível agressão paraguaia, mas chave que permanecia na mão do inimigo contra quem nos premuniamos, constituindo essa linha de ação uma política extremamente paradoxal e sem consistência.

Seguimos caminho errado postulando a solução externa, despresando a experiência histórica do passado e a visão dos grandes estadistas coloniais que com relativo êxito haviam adotado a solução interna do problema, embora compelidos a isto pela fôrça das cousas e circunstâncias da época em que atuaram. Os esforços e gastos que fizemos neste sentido nos 24 anos que medeiam da Maioridade à Guerra do Paraguai melhor emprêgo e maior rentabilidade teriam tido e evitado constantes concessões se tivessemos feito seu investimento em busca de uma solução interna, adequada e viável como o passado já demonstrara e iremos referir.

Judiciosamente ponderou o General Raul Silveira de Melo ("A Epopéia de Antônio João" — Bibliex — pgs. 85) a "questão

de navegação foi um pretexto e um trunfo de que se armou o Paraguai, por longo tempo, para levar o Brasil a transigir na questão de limites". Em outras palavras, fazendo da navegação dos rios a reivindicação prioritária forneciamos ao adversário o instrumento preciso para se defender vantajosamente na guerrilha diplomática.

## 4. A FERROVIA ESTRATÉGICA

Razão assiste ao Visconde de Taunay na biografia do Almirante Leverger (pgs. 93), quando interroga e opina: "Foi para o Brasil real benefício essa franquia de navegação, que tanto nos custou alcançar, ou não houvera sido de mais proveito para a expansão do nosso interior todo a teima do govêrno paraguaio em nos trancar semelhante linha de comunicação? Quantos centos de milhares de contos de réis não teriam ficado a frutificar no seio do país, estimulando-lhe o incremento, em vez de irem favonear e enriquecer as repúblicas platinas? Urgidos pela necessidade, teríamos por tal modo melhorado as condições da via terrestre, apressando a construção da suspirada estrada de ferro para Mato Grosso, que a campanha do Paraguai, tão demorada e custosa e perfeitamente dentro da política dos dois López, pai e filho, houvera sido muito mais facilmente levada por diante até à conclusão".

"A Província de Mato Grosso estava completamente aberta e desapercebida para a resistência. López tinha absoluta certeza de que Mato Grosso não poderia ser socorrido com rapidez; as suas comunicações com a capital do Império eram dificilimas naquela época em que ainda não existia a nossa atual estrada de ferro que vai terminar em Pôrto Esperança" (Tasso Fragoso — op. cit. — I vol. pgs. 55).

Com efeito, a grande afiançadora da segurança do sul de Mato Grosso seria a construção de uma bôa via terrestre no rumo daquela longínqua província. Como na época a estrada de ferro já estava plenamente vitoriosa nos Estados Unidos e na Europa, a opção correta estava na ferrovia, o que não seria maior novidade, pois em 1835 o parlamento brasileiro votara a primeira lei sôbre o assunto, desde 1839 o Dr. Thomaz Cochrane procurava captar capitais inglêses para uma ferrovia e em 1854 Mauá inaugurava o primeiro trecho ferroviário do país. Vê-se que, a partir de 1840, poderiamos ter buscado a solução ferroviária, ao invés da navegação exterior pelo mar e pelo eixo Paraná-Paraguai, no refôrço e proteção a Mato Grosso.

Era a linha de comunicação que Taunay volta a lamentar no início de "A Retirada da Laguna" e que deveria alcançar "a barranca do Rio Grande ou a Vila de Santana do Paranaíba" (Taunay-

"Goiás" — pgs. 16); a estrada de ferro que o grande Osório reclamava no relatório de 1873 e instantemente pedia na hora da morte ao Visconde de Sinimbú, de cujo gabinete era ministro da Guerra, conforme depõem biógrafos autorizados como o General João Pereira de Oliveira e o Coronel Francisco Ruas Santos, a ponto de fazer dessa obra pública um ideal político, diz-nos o Coronel J.B. Magalhães ("A Evolução Militar do Brasil" — Bibliex — pgs. 314).

É pena que outras vozes autorizadas como as de Taunay ou Osório não se levantassem pelo menos vinte anos antes de 1864, ao invés de concentrarmos esforços numa estéril e enfadonha batalha diplomática pela abertura da navegação do Paraguai. Infelizmente, espíritos de alta clarividência e conhecedores a fundo da nossa história e geografia, como Varnhagen e Pimenta Bueno, não alçaram a voz em tempo hábil e de modo expresso pela solução ferroviária.

Varnhagen postulou as colônias militares, sustentou que o sul de Mato-Grosso não podia ser defendido com base em Cuiabá e profetizou a futura guerra no vidente ofício de 20 de julho de 1859, enviado ao Presidente de Mato Grosso Antônio Pedro de Alencastro. Pimenta Bueno examinou exaustivamente o problema viatório para Mato Grosso no plano que ofereceu ao Govêrno Imperial, em 3 de janeiro de 1865, exposto miudamente por Tasso Fragoso (op. cit. — II vol. — pgs. 318 e seguintes) com rasgado elogio ao eminente estadista imperial, "cuja visão militar não pode deixar de surpreender quantos o leram com a tolerância que reclama a redação de um homem completamente estranho a carreira das armas" (op. cit. — II vol. — pags. 327).

Resumindo, foram vinte anos de despesas e negociações com o Paraguai, esfôrço este que poderia ter sido melhor aplicado na abertura da via terrestre para Mato Grosso, aquilo precisamente que os López mais temiam, a possibilidade de socorrer e armar a província cuiabana por linhas interiores, como já havíamos feito ronceiramente em 1855-1858, transportando tropas e material de guerra pelo varadouro Brilhante-Nioac após trânsito fluvial pelo Tibagí, Paraná e Ivinheima, como já deixámos dito.

Os receios lopistas estão claramente denunciados nas instruções expedidas pelo ministro da Guerra, Venâncio López, irmão do ditador, ao Coronel Resquin e ao Major Urbieta, que comandaram as colunas de invasão terrestre em Mato Grosso, tornando bem claro o temor pelos socorros vindos por terra. Talvez possamos dizer que a falta dessa ferrovia estratégica, estimulando a audácia e presunção de Solano López, ensejou a guerra do Paraguai e fê-la demorar tanto. Com ela, López pensaria duas vêzes e talvez não

ocorresse êste fato bélico que tanto ilustrou a gloriosa história militar do Brasil.

Uma estrada de ferro projetada para essa finalidade estratégica poderia se situar ao sul do rio Tietê, na província de São Paulo ou na vizinha do Paraná, ou ao norte do citado e histórico curso fluvial, também dentro da província paulistana.

Ao sul do Tietê, a ferrovia poderia partir do pôrto de Santos via São Paulo e Sorocaba, atingindo o Paraná ou Paranapanema, êste em ponto accessível a vapores fluviais durante tôdas as estações climáticas. Ou, então, partindo de Antonina, Paranaguá ou Morretes, atingiria o Paranapanema ou o Paraná em igual condição. Tal traçado teria a vantagem de encurtar um pouco o trajecto mas cortaria regiões da bacia do Paraná cerradas por grandes florestas e completamente despovoadas, sem vida econômica que pudesse alimentar e manter a ferrovia nascente.

Ao norte do Tietê, com início em Santos dotado de pôrto convenientemente aparelhado, a estrada seguiria via São Paulo-Campinas até São José do Rio Prêto e daí infletir sôbre um ponto qualquer situado a montante do salto de Urubupungá e atingível pela navegação vinda de cima, daí descendo os poucos quilômetros que a distanciavam do Estabelecimento Naval de Itapura, na fóz do Tietê, eis o traçado que naquela época parece o mais adequado.

Várias vantagens militariam a favor desse itinerário no tempo histórico em causa (1840-1864), embora de trajeto um pouco mais longo. Atenderia com suficiência o sul de Mato Grosso mas se aproximava sensivelmente das rotas fluviais e terrestres usadas para Cuiabá e das regiões agro-pastoris e com algum povoamento de Goiás, Uberaba e Triângulo Mineiro; a passagem por um ponto qualquer ao norte do salto de Urubupungá que intercepta o Paraná estabelecia sua conexão com a navegação possível dos rios Grande, Paranaíba, dos Bois, Meia Pinte, Turvo e outros que interessavam a Goiás, São Paulo e Minas Gerais; finalmente, o traçado cortava terras paulistanas já relativamente povoadas e economicamente exploradas pela pecuária e lavoura, suscetíveis de abastecer e dar apôio logístico a operações militares no sul de Mato Grosso, além dos suprimentos a chegarem pelo pôrto de Santos e praça de São Paulo.

## 5. DEFESA DE MATO GROSSO MERIDIONAL

A ponta dos trilhos em Itapura — cuja formação histórica Pimenta Bueno destaca no plano de 3 de janeiro de 1865, prognosticando suas futuras vantagens — permitiria transformar o modesto estabelecimento naval ali existente em importante base, estação

naval como se dizia outrória, criando-se a flotilha do Alto Paraná, com navios fluviais artilhados, com capacidade de transporte misto de cargas e passageiros dotados de perfil e calado próprios à navegação do Alto Paraná e afluentes, servindo para vigiar e trafegar o curso superior e seus tributários de ambas as margens. A existência da ferrovia permitiria suprir o consumo de carvão pelos navios, ao invés de lenha, melhorando a eficiência e velocidade.

Convém lembrar aos que possam julgar visionário êsse ponto de vista que, na época da guerra do Paraguai, já transitavam navios fluviais no Alto Paraná, como se depreende desta carta do Almirante Augusto Leverger, citada por Taunay na biografia que escreveu do grande e prestimoso bretão e francês, brasileiro por adoção: "Em seguida atravessei a barra do rio Dourado e visitei o Pôrto das Sete Voltas onde se achava o vapor "Tamanduátehy" vindo de Itapura...".

Como o acesso pelo Paraná ao sul, acima das Três Bôcas que é a sua confluência com o Paraguai, estava vedado pelos saltos de Apipé, perto de Ituzaingó, e pelas Sete Quedas intransponíveis, constitui uma curiosa e interessante interrogação histórica saber como êste navio foi posto a navegar no trecho superior do Paraná e seus afluentes. Teria sido desmontado e transportado por terra, como fêz Couto de Magalhães da bacia do Paraguai para a do Araguaia? Se desceu pelo Tietê, Ivaí, Tibagi-Paranapanema, como venceu os saltos existentes nos cursos dêsses rios até desembocarem no Paraná? Teria vindo pelo Paraguai e afluentes e transbordado para o Paraná por terra, utilizando seus afluentes ocidentais? Não sabemos.

A criação da flotilha do Alto Paraná permitiria que engenheiros e hidrógrafos explorassem os cursos dos rios Sucuriú e Verde, buscando localizar varadouros que atingissem o Pequirí e o Cuiabá e encurtando a distância para a capital mato-grossense, ou ainda a possível abertura de uma bôa e cômoda estrada terrestre. Outra vantagem adicional de uma estação naval em Itapura era dar suporte ao reconhecimento fluvial dos rios Grande, Paranaíba, dos Bois e outros que poderiam drenar atividades comerciais de Goiás e do Triângulo Mineiro pelos caminhos fluviais, pondo-os em conexão com a estrada de ferro, em rápida ligação com o litoral atlântico.

Além de explorações hidrográficas nos demais tributários do Alto Paraná, a criação da flotilha e a navegação do Paraná superior estenderiam uma linha de transporte até o coração do sul de Mato-Grosso, eixo fluvial indispensável a prolongar a possível ferrovia estratégica. Duas alternativas poderiam ser estudadas para êste fim: a) a navegação da flotilha pela linha dos rios Pardo e

Ananduí-Guaçú, até o ponto extremo atingível pelos navios no período do ano de águas mais baixas, de modo a assegurar a permanência da navegação, pois o Pardo apresentava vários óbices, mas como o trecho indicado corresponde àquele que HÉRCULES FLORENCE ("Viagem Fluvial do Tietê ao Amazinas") chamava "morto", isto é, sem baixios nem cachoeiras e com largura mínima de 40 braças, ao contrário da opinião de PIMENTA BUENO, no plano de 3 de janeiro de 1865, julgamos a alternativa digna de exame na época; b) a navegação da flotilha pelo Ivinheima, em igual condição, indo além da confluência do Dourados e penetrando pelo Brilhante e Santa Maria, caso o levantamento hidrográfico evidenciasse esta via como mais acessível que a do Pardo e do Ananduí-Guaçú.

Verificada a via preferível e assinalado o ponto extremo de navegação durante a estiagem, localizar-se-ia a instalação de uma boa povoação, com porto fluvial, que poderia ser no Ananduí-Guaçú, entre a confluência do Pardo e a do Ananduí-Mirim, ou no Ivinheima, entre a fóz do Dourados e a confluência do Brilhante, estudadas as condições locais favoráveis para ali criarmos uma chave estratégica para a defesa dos campos situados na chapada de Maracajú ou Amambai.

É que a avaliação do quadro estratégico de Mato-Grosso meridional na eventualidade de uma invasão paraguaia mostra claramente que ela seguiria três eixos de penetração: a) o eixo fluvial do Rio Paraguai, que exigia uma defesa organizada em Coimbra e Corumbá, e, quando possível, no Fecho dos Morros e Pão de Açúcar, como nosso posto mais avançado nessa linha; b) o eixo terrestre do rio Apa-Nioac-Miranda, seguido pela coluna paraguaia do Coronel Resquin, visando ocupar as terras situadas a oeste da Cordilheira de Maracajú; c) o eixo terrestre de Dourados, Santa Maria e Brilhante extensível até Camapuã, seguido em parte pela coluna paraguaia do Major Urieta. Os dois eixos terrestres poderiam se unir em Coxim numa direção única e objetivando como meta a capital cuiabana.

Dessa estimativa da situação estratégica do território meridional resulta óbviamente a necessidade de defesa organizada nos três rumos indicados. Na margem do rio Paraguai, o núcleo básico da defesa estaria em Corumbá-Coimbra, extensível até o Fecho dos Morros, se uma oportunidade política feliz permitisse fortificar êste ponto estratégico, numa previdente correção de um descuido dos governantes coloniais; Nioac-Miranda seria a base do segundo; a localidade a ser fundada no Ananduí ou no Ivinheima seria a chave do terceiro eixo de invasão, acrescida da circunstância que estando mais próxima de

Itapura, da ferrovia e do litoral atlântico, seria o ponto mais indicado para comandar e centralizar o sistema de defesa do sul.

Artilharia em Coimbra e a flotilha do Paraguai guardariam o caminho fluvial e o flanco direito da província; duas sólidas unidades de cavalaria seriam indicadas para estabelecer a vigilância dos caminhos terrestres, além da cooperação dada no flanco-esquerdo do sistema pela flotilha do Alto-Paraná. Para êste dispositivo de defesa era mistér uma direção ativa e diligente, capaz e autorizada a entendimentos diretos com o Govêrno Imperial e das províncias vizinhas, São Paulo, Paraná, Goiás e município mineiro de Uberaba. Em suma, havia necessidade de um comando autônomo para o sul de Mato-Grosso, sediado na localidade a ser criada no Ananduí-Guaçú ou no Ivinheima, dotado de prerrogativas especiais e excepcionais, como mais tarde foi feito na República com a circunscrição militar sediada em Campo-Grande.

Caberia a êste comando autônomo para as armas do sul de Mato-Grosso ter à disposição as flotilhas fluviais do Paraguai e Paraná; ampliar as fortificações à margem do Paraguai, especialmente o Morro da Marinha, em frente a Coimbra, para estabelecer o cruzamento de fogos; dispor da Guarda Nacional de Corumbá e Albuquerque para dar apôio da infantaria a Coimbra ou outro ponto fortificado nas margens do Paraguai, da pertencente à Vila do Miranda para apôio à unidade de cavalaria de Nioac, da pertencente a Santana do Paranaíba para igual finalidade à unidade de cavalaria sediada no Ananduí ou no Ivinheima, podendo destacar e mobilizar essas unidades milicianas e procurando mantê-las sempre em bôas condições, além de poder igualmente convocar e mobilizar as tribos indígenas da região, incorporando-as ao sistema defensivo, o que a experiência colonial demonstrou ter sido sempre de bom alvitre.

O comando autônomo poderia ainda montar um eficiente sistema de rondas, guardas e postos. As guarnições da beira do Paraguai fariam a vigilância mensal até a fóz do Apa; a unidade de Nioac vigiaria a linha do Apa, da Bela Vista à fóz, passando em frente aos fortins paraguaios, retornando por Fecho dos Morros, cortando a Serra de Bodoquena na volta ao quartel de origem; a unidade de cavalaria do Ananduí ou Ivinheima correria o planalto ao longo da serra de Maracaju, cortando os campos do Amambaí e do Iguatemí até o antigo e arruinado local da Praça de Nossa Senhora dos Prazeres, fundada pelos paulistas na margem norte do citado Iguatemi, em 1767, a mando do Governador D. Luiz Antônio de Souza, tragicamente destruída pelos paraguaios em 1777, comandados por Agostinho Pinedo, ou chegaria, se necessário fôsse,

até as Sete Quédas, agindo de combinação com a flotilha do Alto Paraná.

Êste segundo comando das armas de Mato-Grosso poderia utilizar a mão-de-obra disponível nas suas unidades, para não deixá-las ociosas, na abertura de uma picada vinda do Paraná, em frente a Itapura e fóz do Tietê, passando em Ananduí ou Ivinheima até Nioac, Miranda, Coimbra, donde sairiam ramificações para Fecho dos Morros, Apa, Dourados, Amambaí, Iguatemí e Sete Quedas. Quando possível, instaria com o Govêrno Imperial para estabelecer a ligação telegráfica ao longo desta picada e da ferrovia Santos-Itapura, acelerando assim as comunicações com o litoral de onde proviriam os socorros necessários.

Seria feito o levantamento dos recursos não perecíveis indispensáveis à manutenção de uma força de observação, entre cinco a dez mil homens, a ser concentrada em Mato-Grosso na eventualidade de uma crise paraguaia, previamente indicadas as unidades a serem deslocadas para esta finalidade, de preferência aquelas cuja parada era nas províncias adjacentes à ferrovia estratégica, São Paulo, Rio de Janeiro e Município Neutro, Paraná, Minas Gerais, Goiáz, Espírito Santo e mesmo a Bahia ou Santa Catarina. É provável que, nos quadros militares da época, 6 unidades de infantaria, 3 de cavalaria, 1 de artilharia de campanha, 1 companhia de sapadores e pontoneiros e os demais serviços dessem uma divisão de observação suficiente para a proteção do sul mato-grossense, desde que estivessem com efetivos completos e logisticamente apoiados com o necessário, sobretudo gado bovino, equino e muar que poderia ser criado e multiplicado em fazendas oficiais mantidas nos excelentes campos de pastagem do planalto.

Tais recursos seriam concentrados em Itapura e supririam as fôrças em passagem para além do Paraná. Caso a fôrça de observação viesse a se tornar operacional, na hipótese de guerra declarada, como ocorreu em 1864, guardada a defensiva na linha do rio Paraguai, encaminhada a retirada das populações civís a destinos seguros fixados com antecedência, feita a concentração de fôrças em Ananduí ou Ivinheima, daí marchariam para tomar uma posição central que permitisse vigiar e manobrar em qualquer dos dois eixos terrestres de invasão. Passando a ofensiva, poderiam transpôr o Ipané, ocupar Concepción e fixar-se na linha do Jejuí, controlando todo o norte paraguaio e aguardando o desenrolar das operações que se desenvolvessem ao sul do país, vindas do lado argentino. Se as fôrças concentradas fôssem tão numerosas quanto recomendava o ALMIRANTE TAMANDARÉ no oficio de 10 de abril de 1865 ao Ministro da Marinha, cêrca de 20.000 homens, seria possível empreender aquela diversão que PIMENTA BUENO reco-

mendava no seu plano de guerra, tão largamente comentado pelo General TASSO FRAGOSO na sua obra clássica sobre a Guerra do Paraguai: enquanto as fôrças que operassem ofensivamente a partir da linha do Apa recalcassem o inimigo para além do Ipané, uma expedição levada ao Iguatemi por via fluvial, cortaria a retirada adversária pela ocupação da linha do Jejuy, aguardaria a vinda das fôrças do Apa, e daí poderiam vigiar os movimentos inimigos e ameaçar Assunção, conforme as conveniências estratégicas indicadas pelas operações ao sul do Paraguai.

## 6. PLANEJAMENTO DA GUERRA DO PARAGUAI

Tais seriam as diretrizes essenciais para a defesa eficiente do sul de Mato-Grosso em 1864. Nada, porém, foi feito com eficácia a falta de uma ferrovia estratégica que possibilitasse a execução de uma política militar previdente e prestante. Os resultados deste descaso foram as depredações paraguaias na invasão de 64, além da humilhação nacional. "Ficou patente — escreve TASSO FRAGOSO — o êrro de se deixar em completo isolamento, SEM COMUNICAÇÕES SEGURAS PELO INTERIOR E SEM ELEMENTOS DE DEFESA, uma província de fronteiras tão extensas e accessíveis" (op. cit. — I vol. pgs. 285).

Fômos forçados a fazer a guerra pelo sul, utilizando o eixo fluvial Paraná-Paraguai, dependendo dos aliados e sobretudo da Argentina, quando, a partir da nota atrevida e ameaçadora do govêrno de Assunção de 30 de agosto de 1864, enviada ao ministro do Brasil Cesar Sauvan Viana de Lima, não poderiamos guardar ilusões sobre as verdadeiras intenções de López e sua agressividade. Daí em diante o dispositivo de defesa montado em Mato Grosso, caso uma estratégia previdente houvesse norteado os dirigentes imperiais, teria que ter sido acionado com rapidez e decisão.

Infelizmente tal não acontecera. não tendo havido a oportuna acumulação em tempo hábil e no local exato dos recursos necessários, o que nos levou a ter no sul o principal teatro de operações. Certamente, observa TASSO FRAGOSO, se partíssemos de Mato-Grosso, acabaríamos vitoriosos, mas a luta duraria o duplo de tempo. Digamos o oposto: se já existissem as comunicações e providências exigidas na abertura do conflito aqui sumariadas, a guerra não duraria duas vêzes mais, mas duas vezes menos, a metade do tempo gasto para vencê-la (op. cit. — II vol. — pags. 330).

A consequência foi a enfatização do teatro meridional. Todos os planos de guerra, lançados apressadamente pelo clamor da agressão inesperada, abundam na identidade de suas diretrizes fundamentais. TAMANDARÉ, no plano apresentado ao Ministro da

Marinha pelo ofício de 10 de abril de 1865, CAXIAS na resposta dada ao Ministro da Guerra em 25 de janeiro de 1865, PIMENTA BUENO no documento de 3 de janeiro de 1865 e, finalmente, o plano de operações dos aliados de 1 de maio de 1865, estabelecido em conselho de guerra a que compareceram Mitre, Urquiza, Flôres, Tamandaré, Osório e o ministro da Guerra da Argentina, todos apresentam uma rigirosa coincidência das linhas de ação propostas, dada naturalmente a realidade da situação existente e a falta das medidas antecipadas ora referidas.

O esquema estratégico comumente seguido por êsses quatro planos consistia em: a) um esfôrço concentrado e principal sôbre Humaitá e as posições paraguaias que marginavam o rio até Assunção; b) uma diversão com efetivos limitados pelo norte, pelo lado de Mato-Grosso; c) outra diversão, com o caráter de finta, pelo lado do Paraná, no setor de Candelária, São Cosme, São Carlos e Itapúa, tomado como falso ponto de invasão e vindo da fronteira brasileira de São Borja, nas margens do rio Uruguai.

Esta a súmula dos quatro planos. Tamandaré estimava para a manobra pelo lado de Mato-Grosso um efetivo de 20.000 homens; Caxias fixou-o em 10.000, vindo 6.000 de São Paulo a fazer junção com os supostos 4.000 existentes em Mato-Grosso; Pimenta Bueno desejou que fôssem de oito a dez mil; o Govêrno Imperial ordenou a convocação para esse fim de 12.000 homens da Guarda Nacional de Minas, São Paulo e Goiás, concentração de fôrças esta que seria a Coluna Expedicionária de Mato-Grosso, cujo efetivo chegou a 3.000 homens e terminou reduzida aos 700 sobreviventes da Retirada da Laguna, imortalizada pela sensibilidade e patriotismo de TAUNAY.

Dos planos de guerra mencionados, destaca-se pela originalidade, como assinalou TASSO FRAGOSO fazendo justo louvor, o que foi apresentado por PIMENTA BUENO, senador do Império, conselheiro d'Estado e Marquês de São Vicente, antigo representante brasileiro em Assunção, notável conhecedor da história e geografia brasileiras. Dentre as observações originais de PIMENTA BUENO iremos assinalando algumas das mais interessantes.

Em primeiro lugar, a ênfase concedida à defesa de Mato Grosso e a necessidade das comunicações interiores, destaque êsse já inútil dada a emergência da guerra declarada e sem mais tempo para providenciar sua consecução. Assinala o ilustre estadista imperial a preferência pela via terrestre partindo de Santos, passando em Constituição (Piracicaba) e atingindo Itapura ou tentar obter um caminho mais curto seguindo via Sorocaba para as margens do Paraná. Estuda as várias vias fluviais de acesso a Mato Grosso e oferece uma curiosa sugestão sobre a diversão a ser ope-

rada daquele lado contra o Paraguai: além da ameaça pela linha do Apa, indica outra vinda do Iguatemí e ali chegada por via fluvial, visando uma e outra ocupar a campanha paraguaia até o Ipané e o Jejuí, e justifica esta manobra pelo Iguatemí como uma antecipada ameaça a Cordilheira e Vila-Rica, que seriam o refúgio de López ao ser expulso das margens do rio, propecia que efetivamente foi concretizada ao longo dos acontecimentos, pois o Ditador buscou refúgio próximo às fronteiras brasileiras, onde foi esmagado em 1.º de março de 1870.

Ao nosso ver, a mais singular indicação de PIMENTA BUENO é ao discutir a possibilidade de uma variante operacional: um exército fixando o adversário em Humaitá, enquanto outro desembarcando no Paraná, entre Itapúa e o Passo da Pátria, contornaria pela esquerda o inimigo, seguindo por terreno mais enxuto e favorável para o norte, tomaria Assunção e retornaria para o sul para tomar Humaitá em conjunto com as fôrças que tinham ficado ameaçando a poderosa e quase inexpugnável fortificação paraguaia. Esta manobra importava no "esvasiamento" estratégico da posição paraguaia, desde que tínhamos invadido o país e ocupado a capital sem precisar tomá-la, como também era a antecipação da famosa marcha de flanco empreendida pelo insuperável Caxias para desbordar Humaitá. Somos tentados a desconfiar de sua viabilidade quando consideramos a relativa facilidade com que o Brigadeiro honorário José Gomes Portinho e a 4a. Divisão avançaram por êsse rumo, quando para tanto recebeu ordem do Comandante em Chefe, o Marechal Conde d'Eu, em meiados do ano de 1869. Se realizada essa manobra, o setor do Paraná deixaria de ter sido falso ponto de invasão segundo o conceito estratégico dos generais da Tríplice Aliança.

## 7. A PARTICIPAÇÃO DO CEARÁ NA GUERRA DO PARAGUAI

A guerra, como a política, é a arte do possível e não do desejável ou do ideal. Tivemos que fazer a campanha do Paraguai praticamente pelo sul, ficando Mato Grosso como teatro secundário e sem maior alcance para a decisão do pleito bélico, dada a impossibilidade de outra solução estratégica, fundamentalmente dependendo de transporte fácil e accessível para a remota e recuada província cuiabana.

A campanha pelo sul foi ilustrada pela participação ativa e numerosa de milhares de cearenses presentes nos seus principais acontecimentos. Segundo Eusébio de Souza ("História Militar do Ceará" — pags. 133) contribuímos com 5.802 homens. Segundo o Dr. João Nogueira Jaguaribe, em artigo no "Jornal do Co-

mércio" — Rio, em 25-8-1912, a contribuição de sangue foi de 5.648 homens, o que nos coloca abaixo do Rio Grande do Sul, Bahia, Guanabara, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo e acima de todas as demais províncias do Império.

Daqui partiram o 14.º de Infantaria, o Corpo de Polícia da Província, o 1.o, 2.o, 3.o e 4.o corpos de Voluntários da Pátria, os quais fundidos parcialmente deram origem ao batalhão cearense mais típico na campanha, o famoso 26.º Corpo de Voluntários da Pátria, que combateu no Passo da Pátria, Estero Bellaco e nas duas batalhas de Tuiutí sob as vistas de Osório e Porto-Alegre, em Itororó sob as vistas de Caxias, e que retornou ao Ceará sob o comando de Antonio Tiburcio Ferreira de Souza, cearense e talvez o oficial de maior participação individual na luta, cuja biografia definitiva está sendo carinhosamente ultimada pelo distinto conterrâneo Cel. Prof. JOSÉ AURÉLIO SARAIVA CÂMARA e a quem TAUNAY honra com os maiores encômios nas obras referentes àquela gloriosa campanha das armas brasileiras.

Traços virís e constelados de glória da presença cearense no Paraguai estão no sacrifício de Sampaio em Tuiutí; no heroismo dos irmãos Tamborim a rivalizar com os Fonsêca das Alagôas; na oferta pioneira de Israel Bezerra de Menezes e José Martiniano de Alencar como voluntários; na bravura de João Sorongo, Carolino Sucupira, Delmiro Farias, Francisco Pedro dos Santos, José Soares de Souza Fogo, Figueira de Melo e tantos outros que lutaram em Tuiutí, Peribebuí e Itororó; no gesto heróico e no destino trágico de Jovita Feitosa; na nervosa coragem de Antonio Joaquim Guedes de Miranda, veterano do mortífero combate de Jataí; no Padre Passos Guerra ostentando as estrelas de coronel na manga da batina; no padre Antonio de Almeida escrevendo um compêndio de lógica nos lazeres do acampamento; no professor do Liceu do Ceará e tenente-coronel honorário ajudante de ordens do Conde d'Eu João de Macêdo Pimentel; finalmente, na singela e impecável bravura dos voluntários cratenses, como Manoel da Misericórdia, José dos Prazeres, Joaquim Farinha Sêca, evocados por José Alves de Figueiredo em livro de crônicas ("Ana Mulata"). Bom e glorioso sangue do Crato, dos humildes "cabras" dos nossos engenhos de rapadura e dos filhos das melhores famílias de sua aristocracia rural, misturado fraternalmente e embebendo os campos de batalha, em defesa da honra e da integridade do Império, correndo ao apêlo do seu Soberano, sacrifício que ainda não foi retribuído e comemorado com um belo monumento na melhor praça da Princêsa do Cariri, dívida de gratidão e de honra que ainda debitamos em nossa responsabilidade cívica.

Se a presença cearense avulta em todos os eventos da cam-

panha pelo lado sul, ela praticamente não se registra no que aconteceu no teatro secundário de Mato Grosso. Com efeito, parece que ali se cumpriu à risca o previsto por TAMANDARÉ no já citado ofício de 10 de abril de 1865, que as tropas para ali destinadas deviam ser compostas de "mineiros, paulistas e cuiabanos", explicando-se assim a quase total omissão das demais províncias, exceção de Goiás e Amazonas, nos eventos da campanha de Mato-Grosso (1864-1868).

Leitor assíduo e constante das obras de TAUNAY, especialmente a que imortaliza a Retirada da Laguna, procurámos afanosamente localizar a presença cearense na campanha de Mato-Grosso, sobretudo na citada marcha retrógrada, o que seria mais um florão nas glórias militares da nossa província. Infelizmente nada conseguimos colher quanto à Retirada da Laguna e pouco, muito pouco, quanto aos restantes acontecimentos da campanha de Mato-Grosso, como seja o período da invasão paraguaia e a reconquista de Corumbá.

Mencionaremos antes uma curiosa coincidência histórica. Historiadores cearenses e nordestinos mencionam a capitulação das tropas republicanas de Pernambuco e seus chefes na Fazenda Juiz, ao sul do Ceará, pelas forças imperiais comandadas pelo major Bento Lamenha Lins, um dos futuros heróis brasileiros na indecisa batalha do Passo do Rosário, na guerra contra a Argentina (1825-1828). Entre os que capitularam estavam Frei Caneca, Agostinho Bezerra Cavalcante e Lázaro de Souza Fonte, que pagaram com a pena de morte a participação havida na tentativa republicana da Confederação do Equador. João Brígido, Irineu Pinheiro e outros informam que Lamenha Lins encarregou de escoltar os presos na viagem de volta ao major Fonsêca, "por autonomasia — Pastorinha", até a cidade do Recife.

TAUNAY ("Memórias" — pags. 135), referindo-se ao brigadeiro graduado José Antônio da Fonséca Galvão, que comandou a coluna de Mato-Grosso após a exoneração do coronel Manoel Pedro Drago e faleceu em marcha, à margem esquerda do Rio Negro, menciona o apelido do velho chefe militar: Pastorinha. Fonsêca Galvão foi pai de dois generais, o Barão do Rio Apa (Antônio Enéias Gustavo Galvão) e o Visconde de Maracajú (Rufino Enéias Gustavo Galvão-, êste último ministro da Guerra do gabinete Ouro-Preto. É registrada pelos historiadores a familiaridade do cumprimento de Deodoro ao penetrar no Quartel-General, onde estava reunido o último ministério da Monarquia Brasileira: "Adeus, primo Rufino". Realmente, os Fonsêca Galvão eram do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagôas. O pai de Deodoro chamava-se Manoel Mendes da Fonsêca Galvão, tendo deixado de assinar o úl-

timo sobrenome por motivo ignorados. É conclusivo que o guardião de Frei Caneca e dos republicanos de 1824 é o futuro comandante da expedição de Mato-Grosso, destinada ao sofrimento e a glória imortal pela constância e valor na Retirada da Laguna, o que aliás é afirmado por JOÃO BRIGIDO: Pastorinha é o "pai do Visconde de Maracajú" ("Ceará — Homens e Fatos" — pags. 253).

Um vulto histórico da Retirada da Laguna que se ligou à história cearense foi o Tenente-Coronel Juvêncio Manuel Cabral de Menezes, que foi o imediato do Coronel Camisão no comando da coluna expedicionária. Segundo informações hauridas em João Brigido ("Antologia" organizada por Jader de Carvalho — 1969 — pags. 247) e Barão de Studart ("Datas e Fatos para a História do Ceará"), o então Tenente Juvêncio esteve no Ceará, ao tempo do Presidente Casimiro José de Morais Sarmento, seguindo daqui para o Pará com o Presidente Jerônimo Francisco Coêlho. Como engenheiro militar e encarregado das obras provinciais foi o responsável pela construção do Cemitério de São Casimiro, iniciado em 1847, inaugurado em 8 de maio de 1848, ampliado em 1856.

O citado cemitério público foi mandado construir por determinação da lei provincial n.º 319, de 1.º de agosto de 1844. Foi demolido por decisão da Mesa da Santa Casa de Misericórdia em 26 de fevereiro de 1880, sendo os restos mortais ali encontrados transferidos em 12 de agosto do mesmo ano para o novo Cemitério de São João Batista e colocados em catacumbas nos muros da frente. O local do Cemitério de São Casimiro era no morro do Croatá, antigo local da forca em Fortaleza, onde os condenados sofriam o suplício determinado pela Justiça, estando hoje ocupado pelos escritórios da Rêde Viação Cearense, logo após a estação central e ao correr da linha férrea.

Cearenses, porém, as pesquisas empreendidas só encontram dois nomes nos acontecimentos de Mato-Grosso, curiosamente repartidos, um na Marinha, outro no Exército, como a querer significar que eram os procuradores da terra alencarina naqueles fastos.

O primeiro, Francisco Cândido de Castro Menezes, era por sinal nosso conterrâneo, filho da cidade do Crato. Nascera em 4 de maio de 1810, filho do futuro senador do Império, deputado às Côrtes Portuguêsas em 1821 e sete vêzes deputado geral ao Parlamento Imperial, além de Ministro da Fazenda durante o período regencial, de 1833 a 1837, o Conselheiro Manoel do Nascimento Castro e Silva, que exerceu no Crato, a partir de 1809, o cargo de tabelião do público, judicial e notas e escrivão do crime e cível, o atual 1.º Cartório.

A declaração de guerra do Paraguai foi encontrá-lo no comando da flotilha de Mato-Grosso, no posto de Capitão de Fragata,

constituída por 6 pequenos navios, força-tarefa mais que insuficiente naquela difícil contingência, destinada mais ao serviço de transporte de que funcionar em operações de guerra, deficiência que fêz recair sobre Castro Menezes a crítica apaixonada de alguns, como é o caso do veterano Ten. Cel| JORGE MAIA, em "A Invasão de Mato Grosso", editado pela BIBLIEX em 1964. Nossa opinião, decorrente do exame sereno dos fatos, é que Castro Menezes fez o possível naquela emergência, cumprindo criteriosamente os deveres militares, pois o Governo Imperial mandou submetê-lo a conselho de guerra no qual foi absolvido, segundo informa o Visconde de Ouro Prêto em "A Marinha d'outróra".

Nosso conterrâneo já havia servido na guerra farroupilha, comandando as flotilhas do Rio Grande e do Uruguai. Seus serviços foram remunedados com condecorações das Ordens Imperiais do Cruzeiro, São Bento de Aviz e Rosa. Casado duas vezes, a segunda com uma filha do senador Visconde de São Leopoldo, faleceu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1875, no posto de Chefe de Divisão, equivalente ao de Contra-Almirante na hierarquia naval de hoje.

O outro cearense que participou da guerra em Mato-Grosso foi o Coronel Lourenço Alves de Castro Feitosa, pertencente à tradicional família dos sertões dos Inhamuns, cujo registro biográfico está feito pelo Barão de Studart ("Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense"), Hugo Victor Guimarães ("Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará" e Antonio Gomes de Freitas ("Inhamuns — Terra e Homens"), irmão do não menos famoso e notável Pe. Máximo Feitosa, deputado provincial e estadual em várias legislaturas, prestigioso chefe político em sua região, homem de valor intelectual e certa cultura, excelente advogado provisionado e grande fazendeiro.

Lourenço Feitosa nasceu a 13 de dezembro de 1844 em Cococí, freguesia de Arneirós, nos Inhamuns. Estudou primeiras letras em Fortaleza e frequentou o Liceu do Ceará. Em fins de 1862 seguiu para Recife, matriculando-se como ouvinte no 1.º ano da Faculdade de Direito em 1864. Ao romper a guerra do Paraguai alistou-se voluntário da Pátria com mais dois colegas, seguindo como cadete para o sul. Chegando ao Rio, foi designado para a expedição que seguia para Mato-Grosso, sob o comando do Coronel Manoel Pedro Drago, da qual fez parte até a Vila das Dôres do Rio Verde. Segundo TAUNAY ("Marcha das Forças" — pags. 86), este vilarim mato-grossense era conhecido vulgarmente por vila das Abóboras, tendo a expedição chegado aí em 31 de outubro e partido a 4 de novembro de 1865, havendo entretanto a Comissão de Engenheiros que acompanhavam a coluna e da qual Taunay participava feito o levantamento e planta do vilarejo, aliás descrito sucintamente pelo autor de "Inocência".

De Vila das Dôres foi mandado para Cuiabá com outros oficiais, já comissionado no posto de Alferes e ali incorporado ao 50.º Corpo de Voluntários da Pátria. Em 1867, classificado no Corpo Provisório de Artilharia, participou com essa unidade da retomada de Corumbá, na brilhante expedição dirigida pelo Presidente da Província, o grande COUTO DE MAGALHÃES, bacharel em Direito mas "muito inclinado, por índole, a cousas militares e de guerra", observa Taunay na biografia de Leverger, feito d'armas este que valeu com outros serviços prestados as honras do posto de Brigadeiro para Couto de Magalhães, honras que êle soube dignificar da maneira mais alta.

Voltando ao Rio em janeiro de 1869, sua fé de ofício registrava vários elogios dos seus chefes e já comissionado no posto de Tenente. Em março do mesmo ano seguiu para o Paraguai a fim de participar da campanha das Cordilheiras, dirigida pelo Marechal Conde d'Eu, servindo na coluna comandada pelo Brigadeiro honorário José Gomes Portinho, integrando o 17.º Corpo de Voluntários da Pátria, de gloriosa memória, participou da ocupação de Vila-Rica e daí retornou para Humaitá. Encerrada a guerra, regressou ao Brasil na brigada comandada pelo Coronel Farias Rocha, que foi dissolvida no Rio de Janeiro, recolhendo-se a sua província e casa paterna, com a graduação de Tenente honorário do Exército, condecorado com a Medalha de Campanha, passador n.º 5, e a de Constância e Valor, concedida às forças em operações na província de Mato Grosso, a mesmo que comemora a Retirada da Laguna e que ornamentou o peito dos seus veteranos. A concessão da Medalha Geral da Campanha do Paraguai, com passador de prata n.º 5 e diploma emitido em 14 de novembro de 1889, consta do Boletim do Exército n.º 26, pgs. 68.

Acolheu Hugo Victor (op. cit.) a tradição que Lourenço Feitosa ao passar em Recife de volta da guerra escreveu ao pai pedindo permissão para continuar os estudos de direito, tendo o austero fazendeiro respondido que nunca tinha visto soldado doutor! Uma variante ouvimos alhures, cremos que de jovens colegas oriundos dos Inhamuns, nos bons tempos de ginasiano: o velho pai quis puní-lo corporalmente ao chegar em casa, por ter ido a guerra sem a licença paterna, não tendo consumado o gesto pela amorosa interferência materna, versão que entretanto reputamos improcedente. Hugo Victor retratou Lourenço Feitosa como "homem de apreciável cultura, falava desembaraçadamente, e era de uma austeridade senhorial, embora de trato ameno e algumas vezes chistoso."

Finalmente, uma observação última sobre a participação do Ceará no conflito paraguaio. Tendo sido uma das províncias que mais contribuíram com voluntários, nenhum entretanto dos paisa-

nos alistados conseguiu galgar os bordados do generalato honorário, como ocorreu com filhos de outras províncias: baianos, pernambucanos, gaúchos, fluminenses, sobretudo gaúchos. Supômos que, excetuados os casos de vocação excepcional como Pinheiro Guimarães ou Couto de Magalhães, de maneira geral a explicação está dada por TASSO FRAGOSO ("A Revolução Farroupilha" — pgs. 294), ao afirmar que a insurreição dos Farrapos foi a escola em que "fizeram o seu primeiro tirocínio inúmeros guerreiros que se cobriram de glória quando o Brasil se viu obrigado a repelir a invasão", acrescentando que "não há míster citar nomes, pois são conhecidíssimos os que começaram a vida guerreira na revolução farroupilha e ainda tiveram força para lutar nas florestas e banhados paraguaios."

Sem dispormos da tradição militar incomparável do Rio Grande do Sul e de uma experiência notável como foi a sublevação farroupilha, dificilmente os paisanos do Ceará poderiam revelar capacidade de chefia e tino de comando. Nossa escola fora muito mais modesta e remota, a guerra da Independência contra Fidié no Piauí, no Maranhão e na tomada de Caxias ou em Genipapo, as guerrilhas da Confederação do Equador e da insurreição de Pinto Madeira. Em 1864 os homens que participaram ou comandaram em tais episódios bélicos da nossa história — José Pereira Filgueiras, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, Joaquim Pinto Madeira, Leandro Bezerra Monteiro, João de Araújo Chaves, José do Vale Pedrosa, João André Teixeira Mendes, Manoel Antonio de Amorim, Luiz Rodrigues Chaves, Maximiano Rodrigues dos Santos, José Dantas Rothéia, Luiz José da Cunha, Antonio Bezerra de Souza Menezes, Antonio Geraldo de Carvalho, Francisco Fernandes Vieira (Visconde do Icó), José Mariano de Albuquerque Cavalcante, Joaquim Ribeiro da Silva, José Vitoriano Maciel, Thomaz Lourenço da Silva Castro, Agostinho José Thomaz de Aquino, João da Costa Alecrim, Canuto José de Aguiar, Antônio Barroso de Souza, Manoel de Barros Cavalcante e tantos outros veteranos da Independência no Ceará e no Piauí, da marcha sobre Caxias, das lutas civís da Regência, Pinto Madeira e Balaiada — estavam desaparecidos, restando um ou outro em idade avançada e provecta, impossibilitados de servir e atender ao chamado do Governo Imperial, como haviam feito outrora.